



PREFEITURA  
DE VITÓRIA  
Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTRAORDINÁRIA DE CONFORMIDADE**

**Nº 01/2018**

### **OBJETO**

**Auditoria Extraordinária de Conformidade na licitação, contratação e execução do Contrato nº 08/2016, firmado pela Secretaria de Educação - SEME com o fornecedor Soluções Serviços Terceirizados – EIRELI.**

### **ÁREA AUDITADA**

**Secretaria Municipal de Educação - SEME**

**Rodrigo Monjardim Vallorini**  
**Secretário da Controladoria Geral do Município**  
**Em exercício**

**Solange Cardoso Malta Nogueira**  
**Subsecretária de Controle Interno e Auditoria**

**José Luiz Modolo**  
**Gerente de Auditoria**

**Walquiria Oliveira Santos Perovano**  
**Analista de Gestão Pública - Contadora**  
**Assessora de Controle Interno**

**Vitória (ES), 16 de julho de 2018.**



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTRAORDINÁRIA DE CONFORMIDADE Nº 01/2018

### I – INTRODUÇÃO

O Controlador Geral do Município de Vitória, no uso de suas atribuições legais, dispostas nas Leis Municipais números 6.529/2005 e 8.530/2013; Decretos Municipais números 15.881/2014, 16.561/2015 e 17.009/2017; Portaria CGM nº 01/2018, que estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para o exercício de 2018 e Autorização de Serviço de Auditoria – ASA nº 04/2018; e da Portaria CGM nº 007/2018, de 15 de maio de 2018, realizou a Auditoria Extraordinária de Conformidade na licitação, contratação e execução do contrato nº 008/2016, processo administrativo nº 5332813/2015, celebrado com a empresa Soluções Serviços Terceirizado EIRELI, conforme sugerido nas Instruções Normativas números 34/2015, 40/2016 e 43/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES.

### II – OBJETIVO

Examinar os procedimentos legais e formais da licitação, contratação e execução do contrato nº 008/2016, processo Administrativo nº 5332813/2015, celebrado com a empresa Soluções Serviços Terceirizado EIRELI.

### III – ABRANGÊNCIA/AMOSTRAGEM

Abrangência:

Procedimentos da licitação, contratação e execução do contrato iniciado no exercício de 2015 até 30 de abril de 2018.



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

**Amostragem:**

Determinada na Portaria CGM nº 007/2018, publicada em edição extraordinária no Diário Oficial do Município de Vitória, em 15 de maio de 2018, que designa para proceder à Auditoria Extraordinária de Conformidade na licitação, contratação e execução do contrato nº 008/2016, processo administrativo nº 5332813/2015, celebrado com a empresa Soluções Serviços Terceirizado EIRELI, cujo objeto é a prestação de serviços de preparo e distribuição de alimentação aos alunos da rede municipal de ensino de Vitória.

#### **IV – METODOLOGIA E TÉCNICA**

Entrevista, análise documental, exame dos registros, conferência de cálculos e correlação das informações obtidas, inspeção física.

#### **V - PERÍODO DE EXECUÇÃO**

De 21 de maio a 16 de julho de 2018, compreendendo: levantamentos preliminares, trabalhos de campo e relatório.

#### **VI – BASE LEGAL**

Vide ANEXO I.

#### **VII – DESENVOLVIMENTO**

O processo licitatório para a contratação foi realizado na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, e o critério de julgamento adotado das propostas foi o de menor preço global por lote. Após a divulgação do edital, a empresa Cozisl Alimentação Coletiva EIRELI, interpôs impugnação quanto à *“qualificação técnica / da exigência de prévia prestação de serviço direta nas dependências do tomador de serviço / da determinação de efetivo mínimo e exigência de prazo”*; e *“da obrigatoriedade de registro das empresas participantes do procedimento licitatório no*





Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

*conselho regional de administração*”. Em ambos os questionamentos a conclusão do julgamento da impugnação foi em negar provimento.

Após ser declarada arrematante a empresa Soluções Serviços Terceirizados EIRELI apresentou documentação e proposta exigidas para habilitação, conforme consta nos autos processuais nº 5332813/2015, volumes I e II. Contudo, registrou-se a intenção de recursos pela empresa Servicon Serviços e Conservação LTDA, concernente à documentação apresentada e ao fato impeditivo de licitar e contratar com a administração pública. O desfecho do julgamento do recurso foi para negar o provimento, considerando publicação de suspensão da penalidade pelo Estado de São Paulo, mantendo incólume a decisão de declarar vencedora do pregão eletrônico nº 203/2015 a empresa Soluções Serviços Terceirizados EIRELI.

A seguir apresenta-se o resumo da contratação:

#### **Informações do Contrato**

**Processo administrativo:** 5332813/2015 - **Contrato:** 08/2016

**Fornecedor:** Soluções Serviços Terceirizados - EIRELI.

**Início do contrato:** 02/02/2016 **Término:** 30/04/2019

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparo e distribuição de alimentação aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Vitória.

#### **Informações Financeiras**

**Valor Inicial:** R\$ 14.899.928,40

**Aditivos:** R\$ 40.672.986,83

**Total:** R\$ 55.572.915,23

Conforme mencionado anteriormente, o objeto da contratação se restringe na preparação e distribuição de merenda escolar. A Secretaria de Educação é a responsável pela compra dos alimentos e preparação do cardápio alimentar.

Neste sentido, aplicou-se teste de auditoria nos procedimentos da licitação, contratação e execução do contrato iniciado no exercício, evidenciando-se:

## **1. Observações quanto às orientações da Procuradoria Geral do Município**

De acordo com informações extraídas do processo administrativo nº 5332813/2015, depois de declarada a vencedora da disputa, foi interposto recurso conforme consta às fls. 545/563, quanto ao impedimento de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de 12 meses, com início em 06/11/2015 e término em 05/11/2016, em decorrência de descumprimento contratual, sanção admitida pela arrematante.

Às fls. 573/596 foi apresentada as contrarrazões ao recurso administrativo, o julgamento do recurso consta às fls. 639/641, negando provimento e mantendo incólume a decisão de declarar vencedora do pregão Eletrônico nº 203/2015 a empresa Soluções Serviços Terceirizados EIRELI.

Na orientação exarada pela Procuradoria Geral do Município – PGM, fls. 648 verificou-se informação de que foi anulada a decisão que ratificou a sanção aplicada à empresa Soluções Serviços Terceirizados EIRELI. Às fls. 649 consta publicação no Diário Oficial do Poder Executivo de São Paulo em 09/01/2016, evidenciando a anulação da referida penalidade.

Ainda sobre a orientação da PGM, destaca-se recomendação à SEME quanto à necessidade de notificar a empresa para apresentação do resultado do processo de penalidade a que está submetida tão logo este seja finalizado, a fim de verificação e análise. Ressalta-se que não se evidenciou nos autos resposta da empresa quanto à notificação encaminhada por intermédio do Ofício nº 021/2016 – SEME/GA, de 02 de março de 2016, acostado às fls. 757, do processo nº 5332813/2015.

Decorrido o lapso temporal, realizou-se consulta a Gerência Administrativa da SEME, constatando que a empresa respondeu ao Ofício supramencionado em 10 de março de 2016. Salienta-se que a SEME apresentou nova consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, na data de 13 de julho de 2018.

Verificou-se também orientação da PGM quanto às repactuações no contrato de prestação dos serviços em razão de benefícios oriundos de convenções coletivas de trabalho e, ainda, reajustes previstos contratualmente, o que de acordo com





Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

entendimento do órgão jurídico, corroborado com o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, não deve ser compreendido como Teoria da Imprevisão:

Tem-se como mais proporcional e razoável à Administração defender que a criação ou aumento dos encargos trabalhistas determinado por acordo, convenção ou dissídio coletivo de categoria profissional é acontecimento previsível e deve ser suportado pela contratada, não havendo falar em aplicação da Teoria da Imprevisão para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo.

(Parecer nº 1780/2017, de 11/12/2017, fls. 108/112, processo nº 6590581/2017 Aditivo 3, e, Parecer nº 1887/2017, de 21/12/2017, fls. 115/117, processo nº 6140101/2017 Aditivo 2),

## Recomendação

É prudente a SEME adotar diligências para atender as orientações da PGM, de modo a resguardar a Administração.

## 2. Despesa efetuada sem prévio empenho

De acordo com a Legislação Federal, é vedada a realização de despesa sem prévio empenho (artigo 60, da Lei nº 4.320/1964).

Consta às fls. 820/826 do processo nº 5332813/2015, primeiro termo de aditamento do contrato, que prorroga o prazo para o período de 02/02/2017 a 01/02/2018, e acresce o quantitativo de merendeiras, sobre a importância de R\$ 15.047.135,76. O ajuste foi assinado em 27/01/2017, e os empenhos para o exercício de 2017 emitidos 01/02/2017, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Relação de Empenhos

Processo nº 5332813/2015		Aditivo nº 01
Período 02/02/2017 a 01/02/2018		
Nº Empenho	Data	Valor (R\$)
203	01/02/2017	3.467.153,09
204	01/02/2017	4.070.304,00
205	01/02/2017	3.467.153,09
206	01/02/2017	2.746.800,00
Total		13.751.410,18

Fonte: Processo administrativo nº 5332813/2015.



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

No mês de janeiro do exercício de 2018, os serviços continuaram sendo prestados, conforme Notas Fiscais às fls. 02/03, processo nº 667508/2018, e relatório do fiscal do contrato às fls. 690 do mesmo processo. No entanto, a autorização para emissão do empenho para este período de execução dos serviços foi realizada em 26/01/2018, conforme Formulário de Integração entre Planejamento e Orçamento – FIPO, fls. 214/215 e o empenho emitido em 31/01/2018, fls. 221/222, ambos acostados ao processo nº 6590581/2017.

### **Recomendação**

A SEME deverá atentar ao princípio da legalidade, que estabelece a Administração Pública estrita observância aos dispositivos legais. Recomenda-se o fortalecimento das rotinas administrativas, com vistas a evitar possíveis questionamentos de órgãos de controle externo e social.

### **3. Alteração do titular da empresa EIRELI, sem juntada de documentação**

A empresa Soluções Serviços Terceirizados EIRELI, conforme descrito na razão social, trata-se de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, qual seja possui apenas um titular. Na ocasião da fase de habilitação, a empresa apresentou a 8ª Alteração e Consolidação de Contrato Social (fls. 458/463, processo nº 5332813/2015) e a Consulta Cadastral de Contribuintes de ICMS – CADESP (fls. 468, processo nº 5332813/2015) informando ser o titular da empresa o senhor Weverson Cleyton Agostinho.

No entanto, após consultar o CNPJ da empresa no site da Receita Federal do Brasil, verificou-se que a empresa possui novo titular. Ressalta-se que não consta nos autos documentação que comprove a alteração de titularidade da empresa EIRELI.



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## Recomendação

A SEME deverá acostar aos autos processuais a alteração contratual da empresa Soluções Serviços Terceirizados EIRELI, a fim de comprovar a regular situação da empresa. Aplicando-se aos demais contratos firmados com a respectiva.

### 4. Fragilidade no controle de estoque

Para atender ao programa de auditoria, foi realizada visita *in loco* nas unidades de ensino do Município para testar itens do edital da licitação.

O critério adotado para seleção das unidades foi o de maior atendimento de alunos. No dia 03/07/2018 foi solicitado à Gerência de Planejamento e Avaliação da Educação – GEPLAN, por intermédio da Requisição de Informação nº 01/2018, Relação de quantidade de alunos por unidade de ensino. De posse dos dados solicitados, foi realizada a reclassificação da planilha, podendo identificar o CMEI e a EMEF com maior número de atendimento de alunos.

As unidades selecionadas foram:

Tabela 2 – EMEF com maior número de atendimento de aluno

EMEF	FUNDAMENTAL REGULAR		FUNDAMENTAL EJA		TOTAL GERAL
	1º AO 5º ANO	6º AO 9º ANO	1º AO 5º ANO	6º AO 9º ANO	
NEUSA NUNES GONCALVES	536	318	41	180	1075

Tabela 3 – CMEI com maior número de atendimento de aluno

CMEI	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	TOTAL GERAL
	(0 A 3 ANOS)	(5 A 6 ANOS)	
JOAO PEDRO DE AGUIAR	329	250	579

Verificou-se que as condições das instalações de preparo e distribuição da merenda escolar são satisfatórias, assim como o ambiente para estocar mercadorias. No



entanto, vale ressaltar que o controle de estoque é realizado por funcionárias da terceirizada. Aplicando-se o teste de entrevistas, evidenciou-se que não há acompanhamento de servidor do Município nos processos de entrada e saída de mercadoria, de contagem de estoque, de preenchimento de *check list* para futuras compras, o controle das mercadorias é realizado em arquivo próprio, preenchido manualmente, sendo as funcionárias da terceirizada responsáveis por sua guarda.

### **Recomendação**

Com vistas a minimizar os riscos no controle de estoque, a SEME deverá fortalecer os pontos de controle entrada e saída de mercadorias nas unidades de ensino do Município.

### **5. Inobservância ao disposto no edital**

Dentre os Princípios que regem o procedimento licitatório, destaca-se o da vinculação ao instrumento convocatório, observados nos seguintes termos da lei Federal nº 8.666/1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Dentro deste contexto, conclui-se que as regras estabelecidas no edital devam ser observadas pela Administração assim como pelos licitantes.



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## 5.1 Segurança do Trabalho

De acordo com o previsto do item 15.4.3 Da Qualificação Técnica, IV, a licitante declarará que irá dispor em seu quadro permanente de pessoal, no mínimo 01 Técnico ou Engenheiro em Segurança do Trabalho pertencente ao quadro funcional da Contratada, para orientar os funcionários na execução dos serviços. Conforme estabelece o edital, a empresa deverá comprovar o vínculo empregatício com os profissionais citados, por meio de cópia autenticada do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados ou do contrato de prestação de serviços.

No compulsar dos autos, verificou-se às fls. 734/738, processo nº 5332813/2015, que a empresa Soluções Serviços Terceirizados EIRELI, apresentou contrato de prestação de serviços com a empresa Labor Safety Assessoria e Consultoria em Segurança e Medicina do Trabalho LTDA, com vigência de 12 meses, iniciando sua contagem da data de sua assinatura, cuja ocorreu em 29 de julho de 2015.

Não se evidenciou nos autos processuais documentação que ateste que a empresa Soluções Serviços Terceirizados EIRELI possui técnico ou engenheiro em segurança do trabalho em seu quadro de pessoal ou contratação de serviços em condições vigente.

## Recomendação

De forma a atender ao disposto no Edital, a SEME deverá juntar aos autos documentação que ateste que a empresa Soluções Serviços Terceirizados EIRELI possui no mínimo 01 Técnico ou Engenheiro em Segurança do Trabalho.

## 5.2 Amostras de merenda escolar

O edital da licitação Pregão Eletrônico nº 203/2015, no item 22.1.52, e o contrato de prestação de serviços nº 08/2016, na cláusula sexta, item 6.1.52, estabelecem que a



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

contratada obrigar-se-á a fornecer embalagens próprias para coleta de alimentos, bem como coletar diariamente amostras das refeições servidas guardando-as por 72 horas, congelando-as à -18° (100g de alimento sólido e 100 ml de alimento líquido).

Ocorre que em visita *in loco*, nas unidades de ensino mencionadas no item 4 deste relatório, verificou-se que tal procedimento não é executado, pois não há fornecimento das embalagens.

### **Recomendação**

A SEME deverá adotar providências cabíveis quanto à execução do acordo pactuado.

## **6. Outras disfunções detectadas**

### **6.1. Ausência de comprovante da divulgação do resultado da licitação**

O inciso XI do artigo 11, do Decreto Municipal nº 16.700/2016, determina que na instrução do processo licitatório deva constar o *comprovante da publicação do aviso do edital, da homologação, do extrato do contrato e demais atos do certame, conforme o caso*. Da mesma forma o inciso XII, artigo 30, do Decreto Federal nº 5.450/2005, determina que os *comprovantes das publicações do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso*. (grifo nosso).

Compulsando os autos não se identificou documentação que comprove a publicação do resultado da licitação.



## **6.2 Ausência de comprovante da publicação dos termos de aditivos nº 4 e 5**

De acordo com o parágrafo único do artigo 61, da Lei Federal nº 8.666/1993, é condição indispensável para sua eficácia a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos. Ocorre que não se evidenciou nos autos documentação hábil que comprove a devida publicação nos termos da lei, dos Aditivos nº 4 e 5, da contratação em tela.

## **6.3. Ausência de alteração do Termo de Referência**

Conforme estabelece o § 2º, do artigo 9º, do Decreto Federal nº 5.450/2005:

§2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

No Termo de Referência acostado às fls. 165/208, processo nº 5332813/2015, consta informação de que o prazo de vigência de contrato é de 30 meses, da mesma forma a minuta do edital (fls. 220/260, processo nº 5332813/2015) encaminhada a PGM para análise jurídica. Consultando o Parecer nº 1580/2015 – PGM, verificou-se a manifestação do órgão jurídico quanto a impossibilidade de pactuar a contratação com a vigência de 30 meses, tendo em vista a extrapolação do período de execução do plano plurianual 2014-2017.

No Edital de Pregão Eletrônico nº 203/2015, o prazo de vigência foi adequado para 12 meses (fl. 283v, processo nº 5332813/2015), no entanto não se evidenciou a alteração do Termo de Referência, salienta-se que o artigo 30, Decreto Federal nº 5.450/2005, determina que o processo licitatório seja instruído com os seguintes documentos:

- I - justificativa da contratação;
- II - termo de referência;

[...]



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

#### **6.4 Dados bancários presentes na nota fiscal divergente dos apresentados na nota de liquidação**

Nos processos de pagamentos nº 72157/2018 e 667508/2018, selecionados na amostra, verificou-se que os dados bancários informados no corpo das Notas Fiscais eletrônicas nº 19520 20152 e 20153, não conferem com os dados bancários informados nas Notas de Liquidações.

#### **6.5 Ausência de segregação de função para o processo de pagamento selecionado na amostra**

O princípio da segregação de funções, qual seja na estrutura de um controle interno deve prever a separação entre funções de autorização/aprovação, de operações, execução, controle e contabilização das mesmas, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio.

Verificou-se que no processo de pagamento nº 667508/2018, as atribuições concernentes ao gestor foi executada pela fiscal do contrato.

#### **Recomendações**

A Secretaria de Educação deverá adotar providências cabíveis para sanar as situações apresentadas nos subitens 6.1 a 6.5.



Estado do Espírito Santo  
Prefeitura Municipal de Vitória  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## VIII – CONCLUSÃO

O resultado desta auditoria, diante dos pontos elencados aponta necessidade de aprimoramento do controle interno, no que tange gestão e fiscalização de contratos, observando aos princípios que regem a Administração Pública, a saber, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e eficácia. O diagnóstico também demonstra necessidade de estabelecimento de critérios para atendimento ao princípio de segregação de funções dentro do aspecto de acompanhamento de contratos pactuados.

No que tange a alteração do titular da empresa, salienta-se que a Secretaria Municipal de Educação possui outros acordos firmados com a empresa Soluções Serviços Terceirizados EIRELI, sendo necessária a juntada da documentação referente à alteração contratual.

É oportuno frisar que a correção das eventuais inconsistências apontadas neste Relatório não deve se restringir às situações nele mencionadas, visto que foram identificadas mediante exame por amostragem, não se podendo descartar, portanto, a possibilidade de ocorrência de outras situações não detectadas.

O trabalho completo desta auditoria encontra-se arquivado na CGM, em pasta própria, contendo todos os dados utilizados na produção deste Relatório.

Vitória, 16 de julho de 2018.

Walquiria Oliveira Santos Perovano  
Analista de Gestão Pública - Contadora  
Assessora de Controle Interno

José Luiz Modelo  
Auditor Interno  
Gerente de Auditoria

Aprovado em

18, 07, 2018

Solange Cardoso Malta Nogueira  
Subsecretária de Controle Interno e Auditoria

Rodrigo Monjardim Vallorini  
Secretário da Controladoria Geral do Município  
Em exercício



## ANEXO I - BASE LEGAL

### LEGISLAÇÃO FEDERAL

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 4.320, de 17/03/1964 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei nº 8.666, de 21/06/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 – Estabelece normas de finanças públicas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Lei nº 10.520, de 17/07/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- Lei Complementar nº 32, de 14/01/1993 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Lei Complementar nº 621, de 08/03/2012, vigente a partir de 08/06/2012 - Nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Instrução Normativa TC Nº 034/2015 - Regulamenta a remessa ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por meio da internet, dos dados da prestação de contas anual das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 e dá outras providências;

### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- Lei Orgânica do Município de Vitória;
- Lei nº 5.983, de 01/10/2003 - Dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Vitória;
- Lei nº 6.529, de 29/12/2005 – Dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Vitória - PMV;
- Lei nº 6.928, de 18/05/2007 - Dispõe sobre a adoção, do pregão como modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Vitória, e dá outras providências;
- Decreto nº 16.700, de 11/05/2016 – Regulamenta a Lei nº 6.928/2007;
- Acórdão nº 006/2006. PGM - Ementa: Administrativo – Terceirização de Serviços – Fiscalização dos Contratos – Responsabilidade Subsidiária – Cautelas a serem Adotadas;
- Portaria Conjunta nº 001/2007 CGM/PGM de 19 de Janeiro de 2007;
- Portaria SEMAD nº 146/2007 – Aprova o Manual de Procedimentos para Abertura, Tramitação e Manuseio de Processos Administrativos;
- Manual de Gestão de Contratos da PMV 3ª edição – Dezembro/2013;
- Norma de Procedimento SCO-NP 01, de 30/06/2012 - Empenho da Despesa;
- Norma de Procedimento SCO-NP 02, de 30/06/2012 - Liquidação e Pagamento de Despesa;
- Norma de Procedimento SCL-NP 04 – Aditamento de Contrato;

